

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

EXPERIÊNCIAS DA VIDA COTIDIANA EM TAUBATÉ-SP NO FINAL DO SÉCULO XIX

Maurício Vaitsman Chiga, Cilene Gomes, Maria Aparecida Papali.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, mvchiga@gmail.com, cilenegomes2011@gmail.com, papali@univap.br

Resumo

O presente artigo está inserido numa pesquisa de doutoramento em andamento, e pretende buscar o entendimento analítico da formação urbana e industrial do Vale do Paraíba Paulista pelo estudo de caso das relações cotidianas na cidade de Taubaté-SP nos finais dos anos oitocentos. Na apropriação de conceitos e debates de diferentes autores sobre Planejamento Urbano e Regional, pretende-se fundamentar a análise da dinâmica socioespacial com base no processo de urbanização a partir do início da primeira industrialização ainda no século XIX. Buscou-se o entendimento das seguintes questões: como foram as relações sociais entre os possíveis cidadãos na cidade de Taubaté logo após o início da República em 1889; Como a vida cotidiana pode ser entendida e analisada para a leitura da apropriação histórica de espaços urbanos e sua relação estrutural com o uso dos recursos hegemônicos da “racionalidade” capitalista.

Palavras-chave: Vale do Paraíba. Taubaté. Cidadania. Cotidiano. Teoria do Espaço.

Área do Conhecimento: Planejamento Urbano e Regional. Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

As motivações desse artigo residem nas necessidades de compreensão de conceitos, teorias e metodologias do Planejamento Urbano e Regional relacionados à linha de pesquisa “Planejamento, Espaço e Cultura”.

O objetivo do artigo é ensaiar uma breve fundamentação teórica para “compreender, descrever e explicar” a realidade regional do Vale do Paraíba em seus processos constitutivos de espaços hegemônicos nos primeiros anos da República no Brasil, apontando a manutenção de um sistema de dominação socioespacial urbana pelas elites historicamente legitimadas e aspectos da vida cotidiana a que se submeteram populações pobres nos processos contínuos de subalternização socioespacial, dotadas de consciência das condições de escassez em diversos aspectos das experiências cotidianas em maior ou menor grau (SANTOS, 2001, p.129).

A autora Maria Odila, dispõe o cotidiano como experiências humanas concretas e finitas numa assimetria do tempo histórico, não linear, mas múltiplo, e sugere a ideia de Gianni Vattimo que entende a hermenêutica “... no desocultamento das diferenças e das culturas,...”, tem a missão de interpretar o processo contemporâneo de dissolução dos seres e das particularidades culturais.” para entendermos o conceito de cotidiano “... como mudança, rupturas, dissolução de culturas, possibilidades de novos modos de ser.” (DIAS, 1998, p.226).

Metodologia

A base da análise empírica em curso é a leitura qualitativa de fontes primárias de arquivos públicos a partir do “pretenso descobrir” inerente ao uso metodológico da Hermenêutica do Cotidiano (DIAS, 1998) para o entendimento crítico das experiências vividas de seres humanos concretos na cidade de Taubaté, em fins do século XIX.

Realizaram-se o levantamento de informações sobre experiências cotidianas em documentos de Atas da Câmara Municipal Taubaté e suas interpretações hermenêuticas balizadas pela bibliografia referenciada.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Resultados

Espaço, território e região: sociabilidades em Taubaté em finais do século XIX.

A pobreza herdada do passado colonial e imperial, a carência e a luta em uma vida ativa com crescente tomada de consciência da necessidade de mudanças, de novas condições de vida, transformam as sociabilidades urbanas em lutas diárias, que se traduzem não apenas em estratégias de sobrevivência dos mais pobres, mas também, porque os atores daquele teatro da vida cotidiana socializaram e experimentaram em suas próprias vidas concretas na cidade que criou e recriou a sua cultura popular em seu tempo e no espaço e, segundo Santos (2001, pp.132,133) "... de acordo ou em oposição aos 'donos do tempo', que são também, os donos do espaço."

Segundo Henri Lefébvre (2006), a cidade – um "espaço no tempo" – materializa o processo de produção do espaço e do tempo, o espaço social e o tempo social. À luz dessa perspectiva conceitual, compreende-se a cidade de Taubaté-SP como resultante do processo de produção de um "espaço no tempo", no contexto das dinâmicas socioculturais, econômicas e políticas de formação histórica do vale do Paraíba paulista.

Fundada em precisa situação do meio natural, a cidade foi ocupada e se transformou durante os primeiros séculos de colonização e o período cafeeiro, com o auge da produção entre as décadas de 1850 e 1860 na região, entrando em declínio logo após até o final do Império, levando, após a decadência dessa economia, aos "novos ares" de outra época, outra dinâmica social de urbanização e urbanidade.

Francisco de Oliveira (1981) entendeu o planejamento urbano como uma forma de intervenção do estado sobre as contradições da reprodução do capital em escala nacional e regional. Tais contradições tomam a aparência de conflitos inter-regionais, e o estado não consegue fazer a mediação para alcançar a integração nacional de espaços sociais, políticos e econômicos. Na dimensão política, o controle exercido pelas classes dominantes sobre os menos favorecidos a partir do "fechamento" dos espaços produtivos de uma região pela subordinação das relações de produção, tende a bloquear formas diversas de geração de valor econômico na República até o final do século XX numa clara demonstração de continuidade e dominância das antigas elites coloniais e imperiais.

Em Taubaté não foi diferente. Durante o século XIX a escravização de seres humanos possibilitou a acumulação de capitais cada vez maiores em mãos da elite regional vale-paraibana (paulista) que se perpetuava no poder daquela sociedade há gerações. Em meados da década de 1860 a grande lavoura agroexportadora (do *Plantation*) declinou no Vale do Paraíba paulista e suas cidades passaram por momentos de dificuldades econômicas sustentando-se apenas pelo comércio local (a exemplo da carne bovina a partir de criadores que abatiam suas reses nos matadouros municipais)¹ até o final do século, quando novas possibilidades capitalistas foram introduzidas com as pequenas fábricas de cerâmica e têxteis².

Assim como em nível nacional, a questão da divisão do trabalho urbano (ou da vida econômica com a dificuldade de acesso e de uso das terras de plantio pelos pobres) imposta aos homens e mulheres nos anos logo após a abolição (ocorrida em 13 de maio de 1888) foi aparente nos registros oficiais municipais do início da república, principalmente no controle social, de pequenos comerciantes e trabalhadores, registrado em documentos oficiais.

Verificam-se os direcionamentos para a melhor utilização da cidade por aqueles da elite que já possuíam propriedades, tal como exemplificado pelo registrado na Ata da 4ª Sessão Ordinária do

¹ Existiram, em 1º de fevereiro de 1890 na Taubaté, três empregados especiais da prefeitura para a matança de gado com vencimentos de 40\$000 (quarenta mil reis) cada um, sendo que era cobrado aos "marchantes" (comerciantes) o valor de 2\$000 (dois mil reis) para a matança de cada rês (ORTIS, José Bernardo. Atas do Conselho da Intendência. Atas da Câmara – Taubaté. Tomo I de 1890-1892, 1895-1898. 1ª ed. Taubaté-SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998. p.17).

² Em 1894 foi fundada, por Félix Guisard, a Companhia Taubaté Industrial (C.T.I.) que produzia camisas e meias com maquinários importados. O Banco Popular de Taubaté deu garantias de investidores (seis grandes fazendeiros da região) e de recursos de energia. A C.T.I. funcionou até 1983. SITE: <http://taubate.com.br/portal/cti-companhia-taubate-industrial/>, 5/6/23, 20:45.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Conselho da Intendência Municipal de Taubaté, quando aponta em seu parecer, na Comissão de Obras Públicas, a questão da limpeza pública insuficiente e mal feita em praças e ruas, até mesmo de quintais e casas particulares, "... que seus sumidouros e latrinas particulares precisam ser desinfetados convenientemente..." para o combate das epidemias. Para tanto, estipulou-se, em 15 de fevereiro de 1890, uma cobrança por residência: "... cada fogo, que deve ser coletado na razão de classes, nunca mais de Rs 12\$000 anuais por cada fogo e nunca menos de mil réis (1\$000)." (ORTIS, 1998, p.21).

A discussão bibliográfica passa pela questão dos múltiplos territórios, da multiterritorialidade debatida por Rogério Haesbaert (2004), que trabalhou a significação material do território e também a simbólica, do terror impetrado pelos donos da força política, assim como a terra, entendida como força de poder e domínio ou de exclusão numa clara relação com o poder de dominação pelas classes hegemônicas. O autor ainda trabalha a ideia da posse da terra no processo simbólico da experiência vivida, onde o "valor de uso" da terra, o valor da experiência praticada e experimentada torna-se materializado, com "valor de troca", e a ideia de propriedade com sentido de pertencimento (HAESBAERT, 2004, pp.1, 2) no contexto do patrimonialismo e personalismo, herdados de tempos coloniais³.

Ainda na sessão do dia 15 de fevereiro de 1890, a Intendência Municipal de Taubaté, na resolução nº4, "... resolve: Art.1.º Facultar aos proprietários que tem calçadas de tijolos nas frentes de seus prédios ou muros, repará-las e alinhá-las com o mesmo material, salvo os cordões que só podem ser de pedra ou artificial.", o que é uma clara demonstração do poder público para sustentar a continuidade da posse da cidade por parte da elite e sua exclusão aos menos favorecidos. E, no "Art.2º Os proprietários que, por mingua de recursos, não possam mandar fazer as ditas calçadas de pedra natural ou artificial, podem fazer à sua escolha, de pedra natural, artificial ou tijolo, menos para as edificações novas, as quais serão de pedra natural ou artificial." (ORTIS, 1998, p.21), embora houvesse a mingua dos recursos, continuavam como proprietários, pobres, da terra urbana, estabelecendo uma hierarquia capitalista com a exclusão daqueles que nem mesmo foram citados como pertencentes ou pretendentes de alguma posição econômico-social nos espaços da cidade.

O historiador Ciro Flamarion Cardoso (1998, pp.14,15) apontou que antropólogos debatem sobre a existência da construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, como referência para todos que lá estão disputando posições "... no sistema de valores da hierarquia, do poder.", sendo a base de sentido para os que nele (no espaço) vivem, garantindo identidade, relações sociais e a história de seus membros.

Observando essa construção concreta e simbólica dos espaços de disputa de poder, foi solicitada, em 1890, por abaixo assinado dos moradores do bairro do Traviju, a passagem da jurisdição eclesiástica da paróquia do Buquira para a de Taubaté, reclamação esta que foi considerada injusta pela Comissão da Intendência Municipal:

(...) por quanto, esse bairro é distante desta cidade cerca de cinco léguas e comunica-se com esta cidade pela estrada que atravessa o Rio Paraíba, cuja várzea e muitos pontilhões danificam-se com a estação chuvosa, pelo que torna-se difícil o trânsito, ao passo que a Vila do Buquira dista dela apenas duas léguas, sendo-lhes por isso mais fácil a comunicação com ela (...). (ORTIS, 1998, p.25).

Os moradores do Bairro do Traviju deveriam realizar suas rezas em Monteiro Lobato, antiga Vila do Buquira, que ficava mais perto, cerca de nove quilômetros do bairro, ao ponto que Taubaté distanciava cerca vinte quilômetros.

Fica clara a tentativa de aproximação de futura apropriação de espaços da cidade, afinal, quem poderia viajar quilômetros a cavalo para participar de missas religiosas naquela época?

A questão envolvia a possibilidade de socialização na cidade de maior influência regional, independente da distância, talvez na esperança de realização de negócios, batizados e casamentos

³ Para entender melhor a origem dos sentimentos de irracionalidade específica dos privilégios e das hierarquias da sociedade brasileira leia, em especial os capítulos 1 e 5 de: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

além das demais experiências citadinas e apropriação do espaço urbano de grande circulação econômica da região, pois a hora das rezas católicas era, também, a das negociações e relações sociais.

As camadas mais baixas daquela sociedade não teriam acesso ou, sequer, alguma noção das disputas espaciais de então em nível regional e, por isso, aparecem, nos documentos oficiais, apenas recebendo multas ou infringindo os códigos de posturas. Ou então: sua escala de desenvolvimento social ficou no apagamento ou no silêncio, de uma forma ou outra, os pobres viviam e disputavam o espaço de socialização cotidianamente, mas de que forma?

População, espaço e ambiente: os arranjos cotidianos na apropriação do espaço urbano.

Analizou-se como a internalização objetiva e subjetiva da mundialização é perversa para o ser humano comum e promove a concentração da economia e a centralização da política a produtores hegemônicos sem servir ao todo da sociedade.

Durante o início da República, ainda no século XIX, a inserção da economia regional ao mercado industrial internacional promoveu grandes distanciamentos sociais e acirrou as relações de poder em vista da manutenção de espaços de dominação urbana e vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social segundo Hogan e Marandola (2007, p33) é fenômeno da modernidade tardia com enfrentamento em distintas escalas da vida social, riscos e incertezas de onde se compreende possíveis dinâmicas espaciais e temporais atuais.

Os políticos de Taubaté, mesmo como representantes da elite, observaram tais problemas sociais e numa resolução sobre a alimentação vendida nos açougues, a Intendência Municipal de Taubaté observando o alto preço das carnes de vaca, em relação aos municípios vizinhos, concedeu aos retalhadores (os açougueiros) de “carne verde” (fresca) um prêmio anual de um conto de reis (1:000\$000) àquele que fornecesse gênero bom e a preço mais baixo que de outros mercados vizinhos. Deveriam, os retalhadores, registrar suas vendas pelas assinaturas dos consumidores em livros-caixa apropriados (ORTIS, 1998, pp.23,24).

Em suas deliberações políticas observaram maiores problemas na manutenção de trabalhadores mal alimentados, possivelmente mal remunerados, com maior visibilidade de miséria e consequente cerceamento de direitos dos cidadãos taubateanos. Além disso, submetiam os pequenos comerciantes clientelisticamente ao controle do estado pelas leis e o uso de recursos públicos.

Milton Santos (1988, pp.10,11) propõe um sistema de realidades da sociedade, “... um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima...”, com uma estruturação e uma lei de funcionamento para que se encontrem as categorias de análise que permitam conhecimento sistemático dessa mesma sociedade. Tais realidades seriam partes da totalidade social, frações da sociedade em movimento num conjunto de possibilidades de formas de realização social.

Nesse caminho, verificou-se que a Intendência Municipal, em março de 1890, tendo caído uma ponte sobre o rio Una perto da Capela do Remédio, ordena com urgência que fosse feito seu reparo pelo inspetor das estradas daquele bairro e o auxílio da Intendência de Taubaté com verba de cem mil reis, como registrado em Ata da Câmara de Taubaté (ORTIS, 1998, pp.23-29).

Além de consertos em pontes e ruas, os fiscais do estado realizavam a aplicação de multas a pequenos comerciantes por fazerem negócios sem licenças e a carroceiros por andarem sobre a carroça na cidade, garantindo a “boa vizinhança” aos “homens bons” e ricos, com a devida dominação do espaço urbano. Em “Ordem do Dia” (1º de março de 1890) proibiu-se qualquer comerciante do município, sendo considerado atravessador, expor ou vender alimentos na Praça do Mercado, determinando-se que aquele lugar seria destinado única e exclusivamente aos lavradores e produtores diretos (ORTIS, 1998, pp.23-29).

No mesmo ano, ainda, requereram ao Governo do Estado de São Paulo material, encanamentos e equipamentos, para o abastecimento de água da cidade (aqui, a parte central da região urbana). O material chegou ao final do mês de março do mesmo ano e o Ministério dos Negócios da Fazenda expediu à Alfândega do Rio de Janeiro e à Tesouraria da Fazenda de São Paulo as ordens para envio imediato até a cidade de Taubaté a partir do porto do Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Central (ORTIS, 1998, pp.29, 30 e 42).

Existiu certo dinamismo em transformações dos espaços habitados, revelado qualitativa e quantitativamente, de modo que se observa um feito de superposições de técnicas usadas, muito provavelmente, sem consideração aos sistemas locais de recursos naturais e humanos, provocando

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

uma distribuição desigual da população urbana e heterogeneidade do espaço habitado. Milton Santos (1988) entendeu a exploração urbana com a repartição geográfica interna nos países, de região para região, com o crescimento das cidades e a criação de um meio geográfico artificial.

Alguns requerimentos de cidadãos foram verificados contra proibições de fiscais em relação a construções em terrenos particulares, por considerarem injustas essas proibições quando o fiscal exigia que se abrisse uma rua antes da construção. Esse foi o requerimento de José Antônio Jacinto em 15 de março de 1890 à Câmara de Taubaté demonstrando que, para resolver essa questão o suplicante entendeu que poderia fazer de seu terreno o uso que lhe conviesse, sendo-lhe favorável o parecer da Comissão de Justiça: "... A Comissão entende que a rua projetada não é necessária; que se conserve o alinhamento existente em frente às propriedades..." (ORTIS, 1998, pp.32-38).

Já o professor Antônio José Garcia pediu a proibição da abertura do mercado aos sábados por ser prejudicial à instrução pública, pois os meninos deixariam de frequentar a escola nesses dias e haveria um prejuízo de 52 dias por ano. A Comissão de Justiça entendeu que nada havia a deferir, pois o professor teria meios para obrigar os alunos a frequentarem as aulas aos sábados. (ORTIS, 1998, pp.32-38).

Outro requerimento, de Pellegrino Selli, recorria ao ato de um fiscal pela intimação de não deixar seus porcos na estrada e imediações junto de sua residência no Alto do Convento porque ele era negociante de gado e porcos e, morando lá era conveniente para seus negócios que esses animais circulassem pela região, além do local reservado que ele mantinha para o descanso dos animais vindos de outras procedências. Como pequeno comerciante, o autor do requerimento arranjava-se com o uso de sua propriedade e das terras públicas ao redor dela, sendo tolhido pela ação do estado, pois a criação de porcos soltos na cidade não era tolerada, e tendo em vista o seu comércio o cidadão solicitou que fosse reconsiderado o ato do fiscal apontando para um impulso dado ao livre comércio da região. A Comissão de Justiça indeferiu, em 14 de março de 1890, o requerimento porque o suplicante deveria ter um lugar reservado para depósito de seus animais fora do perímetro urbano da cidade (ORTIS, 1998, pp.32-38).

Um requerimento do senhor Francisco Inácio de Souza e Almeida, dizia que incorporou uma sociedade de carris urbanos na cidade de Taubaté, porque adquiriu o material da empresa Carris de Ferro de Taubaté e pretendia estender essa linha a outras ruas, promovendo o desenvolvimento da cidade, e assim sendo, requereu a licença para tal ato e solicitou à Comissão de Obras Públicas que fosse mantido o direito dessa sociedade para evitar concorrências no futuro. Tal solicitação foi aceita ao se conceder a licença, mas obrigava-se o solicitante a arrumar a instalação de dormentes em trilhos novos para melhor conservação pela empresa em casos de chuvas, para o devido escoamento das águas, para que fiquem secos e apedregulhados o centro e os lados por onde passassem os animais, e para que ficassem embutidos no chão a fim de não danificar o trânsito, as ruas e as praças (ORTIS, 1998, pp.32-38).

Ainda na questão de transporte urbano, a Diretoria de Bondes de Tremembé solicitou ser aliviada do imposto do exercício de 1888 a 1889, na importância de 78\$400 (setenta e oito mil e quatrocentos reis) em razão de estar em dia com o imposto de 1889 a 1890 e sendo grande o sacrifício da empresa para sustentar os melhoramentos (de utilidade e recreio) para a cidade mesmo chegando a receita, quase sempre, a não fazer face às despesas.

Com o uso do erário público tendenciosamente desigual, nesse caso, não arrecadado como imposto e não distribuído como benefícios públicos investidos para a maioria pobre da população, o parecer da Comissão de Justiça foi o seguinte: "... A Comissão é de parecer que por equidade deve ser atendido o pedido retro. Taubaté, 14 de março de 1890. Assinado." (ORTIS, 1998, pp.32-38).

Discussão

A internalização objetiva e subjetiva da mundialização tem efeitos prejudiciais para o ser humano comum, argumento respaldado ao observar-se como a racionalização econômica capitalista frequentemente beneficiou elites hegemônicas, enquanto os efeitos positivos dessa integração nem sempre chegam de maneira equitativa à sociedade em geral. Isso pode resultar em desigualdades socioeconômicas, marginalização de grupos menos privilegiados e grande concentração histórica de renda.

Essa concentração de poder econômico muitas vezes leva a uma influência desproporcional nas decisões políticas que favorecem interesses aos grupos privilegiados em vez das necessidades da

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

população em geral, agravando as relações de poder em busca da manutenção de domínio urbano e vulnerabilidade social evidenciando como a competição por recursos e influência pode levar à perpetuação de estruturas de poder injustas.

Assim, pode-se observar o início da formação dos espaços urbanos em fins do século XIX como antecedente da modernização conservadora e da reestruturação do território no Brasil, do século XX, com estruturas modernas e urbanas perpetuando desigualdades com grande proteção às antigas elites econômicas e políticas (BECKER; EGLER, 1998).

Conclusão

Os resultados esperados desse breve estudo não esgotam as possibilidades de apropriação e discussão da bibliografia selecionada, para refletir teoricamente sobre o material empírico primário disponível, mas aproximam-se de caminhos interpretativos preliminares no horizonte de expectativas em relação ao uso da Hermenêutica do Cotidiano e sua importância para melhor compreender as relações entre cidadãos e Estado, entre normas públicas e experiências cotidianas nos espaços da cidade de Taubaté-SP de finais do século XIX.

Referências

BECKER, B. K.; EGLER, C. A.G. **O legado da modernização conservadora e a reestruturação do território**. In: Brasil: uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARDOSO, C. F. S. **Repensando a construção do espaço**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2050>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. Revista Projeto de História, n17, novembro de 1998. PUC-SP.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre. Set. 2004.

HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA, Eduardo. **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. 1ª edição Campinas, dezembro de 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEFÉVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste**. Planejamento e conflitos de classes. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

ORTIS, José Bernardo. **Atas do Conselho da Intendência. Atas da Câmara – Taubaté**. Tomo I de 1890-1892, 1895-1898. 1ª ed. Taubaté-SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço Habitado, fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.